

CNI pede renegociação da dívida e dos juros

O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, declarou ontem que o País deve caminhar "sem complexos e com urgência" em direção à renegociação de sua dívida externa, incluindo aí novas condições para o pagamento dos juros. As conversações que, até agora, o Governo brasileiro vem mantendo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os bancos estrangeiros não incluem os juros na renegociação.

Albano Franco, que será reempossado na Presidência da CNI no dia 14 de outubro, disse ser contra a moratória unilateral, mas acha que não há mais alternativas para o País a não ser a renegociação global. A seu ver, essa renegociação deve ser decidida rapidamente, para que a economia retome sua atividade, impedindo assim o agravamento da crítica situação interna.

Ele frisou a necessidade de serem definidos prazos maiores e menores taxas para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira. O Brasil — disse ele — tem tradição de honrar seus compromissos e quer pagar o que deve, mas dentro de limites que permitam cumprir os pagamentos.

Albano Franco acha que o Governo não pode ignorar o consenso que existe hoje na sociedade brasileira em torno dessa questão e defende a participação dos diversos segmentos sociais nesse projeto de tentativa de ajuste da economia. E hora — declarou — de união nacional.

FIM DO PROJETO DE LEI

Albano Franco elogiou a sensibilidade do Governo que atende à reivindicação empresarial, no sentido de que fosse retirado do Congresso o Projeto de Lei nº 4/83, proveniente do hoje extinto acordo PDS/PTB. O Presidente da CNI e todos os Presi-

dentes de Federações de Indústrias levaram a reivindicação, na segunda-feira, ao Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, alegando que as medidas propostas seriam prejudiciais às empresas.

Albano Franco considera que não havia mais sentido na manutenção do Projeto de Lei, uma vez que o acordo entre os dois partidos já não existe. Além disso, a ser ver, esse Projeto continha propostas que, se concretizadas, onerariam ainda mais as empresas nacionais. A partir de agora, o Presidente da CNI e Senador pelo PDS Albano Franco acredita que questões como horas extras e a proibição de suscitar dissídios poderão ser substituídas por outras "que beneficiem empregadores e empregados".

Mas, desde logo, colocou-se contra a possibilidade de ser introduzida a estabilidade no emprego ou então multas em caso de demissões, dizendo que já está conversando sobre o assunto com o Senador Carlos Chiarelli (PDS-RS).